

Lira diz que arcabouço pode ser aprovado até o próximo dia 10, mesmo sem base na Câmara

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na terça-feira (18) que o texto da nova regra fiscal para substituir o teto de gastos pode ser aprovado até o próximo dia 10 de maio na Casa e que a dificuldade do governo em montar base de parlamentares não atrapalha tramitação do texto.

De acordo com o deputado, apesar de o texto requerer 257 votos para ser aprovado, os deputados vão buscar o apoio de 308 parlamentares --mesmo patamar exigido para mudanças constitucionais. Lira afirmou ainda que o relator será anunciado hoje.

A declaração foi dada após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Fernando Haddad, Geraldo Alckmin,

Simone Tebet e Rui Costa.

Também acompanharam a reunião o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galpoldo, e o senador Veneziano Vital do Rego (PSB-PB), vice-presidente da Casa, que representou Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Questionado se a dificuldade do governo Lula em montar base aliada no Congresso pode atrapalhar o texto, Lira disse: "No arcabouço, não". "[Na reforma tributária] É outra questão também nacional e outros interesses vão dificultar ou facilitar. Vai depender de nossa competência de votar um arcabouço justo", completou.

A reforma tributária é o segundo grande projeto do governo a ser votado no Congresso ainda neste ano. O próprio Lira se referiu à nova regra fiscal como "antessala"

à tributária. O governo escolheu em seu novo arcabouço fiscal a inflação do ano inteiro de 2023 para reajustar a base do limite de despesas para 2024, adotando uma opção que dá alívio extra para as despesas do ano que vem em comparação ao cenário em que o indicador até o meio do ano (acumulada em 12 meses) fosse o escolhido.

Até 2021, o teto de gastos previa que a limitação cresceria com base na inflação acumulada em 12 meses encerrados em junho. Naquele ano, no entanto, o então ministro Paulo Guedes (Economia) articulou uma mudança por meio de emenda constitucional para passar a considerar o espaço de janeiro a dezembro (mais vantajoso na ocasião) e abrir espaço para mais gastos.

Mariana Holanda/Folhapress



Economia



Volta da isenção para compras internacionais não é 'recuo', mas 'ajuste', diz Pimenta

Página - 03

Política

Governo Lula e Congresso avançam em regulação de big techs sob pressão de ataque a escolas

Página - 04

Oposição pede que Pacheco mantenha leitura de requerimento para criação de CPI do 8 de janeiro

Página - 04

Temporada de cruzeiros injeta R\$ 3,6 bi na economia brasileira

Página - 03



McCain adquire o controle da Forno de Minas; fundadores deixam o negócio pela segunda vez

Página - 05

Multi embarca no fitness e participa de aporte de R\$ 20 mi em startup do fundador da Netshoes

Página - 05



No Mundo

G7 ameaça 'custos severos' a eventuais aliados da Rússia na Guerra da Ucrânia



O G7, grupo que reúne algumas das maiores economias do mundo, publicou na terça-feira (18) documento em que alerta que eventuais aliados da Rússia na Guerra da Ucrânia enfrentarão “custos severos”. O aviso aparenta ser uma espécie de recado indireto para a China, aliada estratégica do país liderado por Vladimir Putin citada, aliás, em diversos outros pontos do texto.

O comunicado foi resultado de uma reunião de dois dias entre os chefes de diplomacia dos integrantes do G7 Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O encontro, realizado em Karuizawa, a

cerca de 150 quilômetros de Tóquio, buscava preparar terreno para a cúpula do grupo, marcada para o mês que vem em Hiroshima.

O documento ainda busca demonstrar uma frente unida das nações após um racha causado por uma declaração do presidente da França, Emmanuel Macron, considerada excessivamente pró-China.

Na semana passada, ele defendeu uma “autonomia estratégica” da Europa diante da disputa crescente entre Pequim e Washington, causando ruídos com alguns dos demais integrantes do G7, como a Alemanha e os próprios Estados Unidos.

A ministra das Relações Exteriores alemã, Annale-

na Baerbock, por exemplo, afirmou na segunda (17) que o regime liderado por Xi Jinping tentava substituir normas internacionais por “regras próprias”.

O texto de agora, ao contrário, não deixa dúvidas de que o G7 considera a China um de seus maiores desafios geopolíticos a ponto de o secretário de Estado americano, Antony Blinken, afirmar que nunca havia observado uma “convergência maior” no grupo no que se refere a Pequim e Taiwan.

Isso tudo sem falar na menção aos “custos altos” a serem enfrentados por eventuais apoiadores da Rússia na Guerra da Ucrânia. Folhapress

Chanceler da Arábia Saudita visita Bashar al-Assad e reduz isolamento da Síria

O presidente sírio, Bashar al-Assad, recebeu o ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan, em Damasco na terça-feira (17), informou a mídia estatal síria, no passo mais significativo até agora para acabar com o isolamento regional sírio de uma década.

Bin Farhan desembarcou na terça-feira para a primeira visita de um importante diplomata saudita a Damasco desde que os laços foram rompidos após a repressão mortal de Assad aos manifestantes em 2011 – violência que se transformou em uma guerra civil de uma década.

Segundo a Sana, agência de notícias síria, “a cooperação bilateral esteve presente nas conversações no interesse dos dois povos e países”.

O Ministério das Relações Exteriores saudita disse em um comunicado online que a visita mostrou o desejo do reino de encontrar uma solução política para o conflito da Síria que preservasse a “identidade árabe” do país e o devolvesse ao seu ambiente árabe.

Após a repressão das forças de segurança aos manifestantes em 2011, a adesão da Síria à Liga Árabe foi suspensa e vários estados do Golfo Árabe – incluindo a Arábia Saudita – começaram a apoiar grupos rebeldes que lutam para derrubar Assad do poder.

Assad, com a ajuda de seus principais aliados, Irã e Rússia, mais tarde recuperou o controle de grande parte da Síria, e a Arábia Saudita disse nos últimos meses que isolá-lo não estava funcionando. CNN



Polícia italiana encontra 2 toneladas de cocaína flutuando no mar



Uma enorme remessa de cocaína foi encontrada flutuando na costa leste da ilha da Sicília, informou a polícia italiana. De acordo com um comunicado divulgado pela Polícia Financeira da Itália, Guardia di Finanza, as autoridades apreenderam quase 2 toneladas da droga, flagrada flutuando no Mediterrâneo durante um voo de vigilância de rotina no domingo.

As drogas foram cuidadosamente lacradas em 70 pacotes flutuantes à prova d'água, que foram conectados e incluíam um dispositivo de luz de sinalização, disse a

polícia. Eles acrescentaram que o transporte tem um valor de mercado de € 400 milhões (cerca de R\$ 2,2 bilhões).

“A identificação e posterior apreensão dessa quantidade de drogas, uma das maiores já realizadas em território nacional, provavelmente impediu que a droga fosse recuperada por criminosos para posterior comercialização ilegal em território nacional, o que teria rendido altíssimos rendimentos”, dizia o comunicado.

A Guardia di Finanza disse acreditar que os pacotes flutuantes foram deixados por um navio de carga que passa-

va para serem recuperados e trazidos para terra por traficantes.

A polícia financeira disse que despachou barcos do município siciliano de Catania e forneceu cobertura aérea de várias unidades para garantir a segurança dos policiais envolvidos na operação. Eles acrescentaram que continuam a procurar na área por mais pacotes flutuantes.

Em fevereiro, mais de 3 toneladas de cocaína flutuando no oceano foram apreendidas pelas autoridades da Nova Zelândia, em uma das maiores apreensões de drogas do país. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Volta da isenção para compras internacionais não é 'recuo', mas 'ajuste', diz Pimenta



O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, afirmou na terça-feira (18) que partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a determinação para o governo voltar atrás no fim da isenção para remessas internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas.

A Fazenda havia anunciado que passaria a tributar essas remessas porque empresas estavam burlando o Fisco, dividindo encomendas em vários pacotes, enviados falsamente como se tivessem remetentes pessoas físicas. Setores do varejo atribuem essa prática a plataformas de e-commerce, como Shopee, Shein e Aliex-

press -as empresas negam. Pimenta ainda disse que o governo não considera ter havido um "recuo" na medida, mas, sim, um "ajuste", que, segundo ele, atingirá também o objetivo de reduzir a sonegação de impostos nas compras internacionais.

Apesar da definição dada por Pimenta, a decisão de não acabar com a isenção veio um dia depois de o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ter afirmado que o governo não voltaria atrás.

"Não vamos voltar atrás porque a lei é muito clara. Há uma tributação hoje e ela não está sendo efetivada. A Receita Federal já está tomando medidas em relação à efetivação dessa legislação atual e as propostas que esta-

mos indicando e deverão ser anunciadas muito em breve se referem a instrumentalizar a Receita Federal para fazer valer a lei que já existe hoje", afirmou Barreirinhas.

O anúncio de que o governo não iria mais acabar com a isenção do imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (R\$ 247) remetidas entre pessoas físicas foi feito na manhã da terça (18), pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chefe imediato de Barreirinhas.

Em entrevista a jornalistas, Haddad disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que a equipe econômica desistisse da proposta e buscasse uma solução administrativa ao problema.

Renato Machado/Folhapress

Temporada de cruzeiros injeta R\$ 3,6 bi na economia brasileira



A temporada de cruzeiros 2022/2023 entra em sua reta final, consolidando-se como a maior dos últimos 10 anos, com a estimativa de 650 mil a 700 mil passageiros embarcados, mais de quatro vezes acima da anterior, que teve menos navios e menor período de navegação.

Segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), a temporada atual, que termina em abril, gerou cerca de 48 mil empregos, trazendo impacto econômico de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 240% em relação a 2021/2022. O valor engloba tanto os gastos diretos, indiretos e induzidos das companhias marítimas, quanto os gastos

Bancos entregarão estudo sobre juros do rotativo do cartão

Os bancos entregarão um cronograma de estudos ao governo e ao Banco Central (BC) sobre as causas dos juros altos no rotativo do cartão de crédito, disse na noite de segunda (17) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele reuniu-se com representantes de instituições financeiras para discutir uma solução para as taxas dessa modalidade, que estão em 417,4% ao ano, segundo o BC. Segundo Haddad, o primeiro encontro, que durou cerca de uma hora, serviu apenas para traçar um diagnóstico do setor. O ministro prometeu apresentar um estudo em breve e o envolvimento do BC nas discussões.

"Estávamos com quatro ou cinco CEOs [presidentes-executivos] de bancos aqui, não só a Febraban [Federação Brasileira de Bancos]. Vamos envolver o Banco Central nas discussões. Eles vão entregar

um cronograma de apresentação de um estudo [para os juros do rotativo]. Eu pedi celeridade, eles pediram para envolver o BC porque tem a regulamentação do produto", afirmou Haddad após a reunião no Ministério da Fazenda. Estiveram presentes no encontro, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, e o ex-deputado federal Rodrigo Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). Eles estavam acompanhados de presidentes de quatro bancos: Octavio de Lazari (Bradesco), Milton Maluhy (Itaú-Unibanco), Mario Leão (Santander Brasil) e Cristina Junqueira (Nubank).

De acordo com Haddad, a discussão não é simples porque a indústria de cartões de crédito tem muitos atores envolvidos: "são muitos interlocutores: bandeira, maquininha, banco e lojistas".

Wellton Máximo/ABR



de cruzeiristas e tripulantes.

Os navios Costa Firenze, Costa Fortuna, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Fantasia, MSC Musica, MSC Preziosa, MSC Seashore e MSC Seaview formam o grupo de nove embarcações de cabotagem que partiram dos portos de Itajaí (SC), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Santos (SP), com escalas em 17 destinos, incluindo Buenos Aires, Montevideu e Punta del Este, que voltaram aos roteiros depois de um período de restrições.

De acordo com a Clia Brasil, a temporada 2022/2023 também marcou a volta do Brasil à rota de importantes companhias marítimas de todo o mundo, com 35 navios de longo curso fazendo paradas em 45 destinos localizados em 15 estados, como

Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros.

O presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz, disse que comemora avanços e conquistas nesta temporada, a maior da década, com as portas abertas para a próxima, que deve ser a maior dos últimos 11 anos.

"Estamos trabalhando muito pelo presente e pelo futuro do setor, e isso engloba a busca de novos destinos, com alguns já confirmados para 2023/2024, melhorias na infraestrutura, nos custos, no ambiente de negócios do Brasil, além investimentos em sustentabilidade rumo à meta de diminuir as emissões de carbono em 40% até 2030 e zerá-las até 2050, entre outras coisas", afirmou, em nota.

Ana Cristina Campos/ABR

Política

Governo mantém em novo arcabouço reajuste de despesas adotado após manobra de Guedes



O governo escolheu em seu novo arcabouço fiscal a inflação do ano inteiro de 2023 para reajustar a base do limite de despesas para 2024, adotando uma opção que dá alívio extra para as despesas do ano que vem em comparação ao cenário em que o indicador até o meio do ano (acumulada em 12 meses) fosse o escolhido.

Até 2021, o teto de gastos previa que a limitação cresceria com base na inflação acumulada em 12 meses encerrados em junho. Naquele ano, no entanto, o então ministro Paulo Guedes articulou uma mudança por meio de emenda constitucional para passar a considerar o espaço de janeiro a dezembro (mais vantajoso na ocasião) e abrir

espaço para mais gastos.

Em sua proposta de novo arcabouço fiscal, o governo poderia escolher a base de correção -já que o teto de gastos será revogado. E decidiu que o limite de despesas para o Executivo e os demais Poderes em 2024 usará como base os números de 2023 acrescidos pela inflação a ser verificada em todo o ano (além do crescimento real dos gastos, que ficará entre 0,6% e 2,5%).

A escolha por esse mecanismo favorece as despesas em 2024 porque o IPCA está vindo abaixo do esperado e deve continuar em desaceleração até meados de 2023, para, no segundo semestre, voltar a acelerar. O acumulado em 12 meses terminados em março, por exemplo,

ficou em 4,65% -enquanto a previsão do mercado para o ano cheio é de 6,01%.

Até então, o governo indicava que o cálculo para o crescimento real dos gastos seria feito usando números até meados do ano (com base, principalmente, na receita líquida acumulada em 12 meses encerrados nesse período), mas sem o detalhe de como ficaria o cálculo da inflação. O texto, agora, traz o funcionamento.

Como a proposta de Orçamento do ano seguinte precisa ser enviada ao Congresso até agosto (antes, portanto, de se saber ao certo qual será a inflação do ano), será preciso levar em conta o IPCA registrado até junho mais a previsão calculada até dezembro. Posteriormente, o indicador será atualizado. Fábio Pupo/Folhapress

Oposição pede que Pacheco mantenha leitura de requerimento para criação de CPI do 8 de janeiro

Em texto encaminhado para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), senadores e deputados de oposição pedem que seja mantida a sessão do Congresso Nacional na qual seria feita a leitura do requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos criminosos de 8 de janeiro.

Pacheco já havia sinalizado que pretendia adiar a sessão de terça-feira (18). Oficialmente, para justificar o adiamento, houve um pedido de deputados da base aliada para que a sessão fosse adiada sob o argumento de que a Comissão Mista de Orçamento analisasse o piso da enfermagem.

No texto feito pela oposição, os senadores ressaltam “que há acordo para o adiamento da votação da matéria relacionada ao piso da enfermagem”, e reafirmam “a im-

prescindibilidade da Sessão Conjunta para a deliberação das demais matérias em pauta e para a leitura do Requerimento de criação da CPMI de 8 de janeiro”.

Aliados previam que a sessão desta terça seria inócua, e teria como único resultado concreto a leitura de um requerimento para instalar uma CPMI que desagrade o governo federal, no mesmo dia em que o novo marco fiscal deve ser encaminhado ao Congresso.

Até sexta-feira (14), o pedido da CPMI articulado pela oposição tinha mais que o número mínimo de assinaturas necessárias para sua instalação. Havia 193 deputados e 37 senadores assinando, sendo necessários apenas 171 deputados e 27 senadores.

Como o governo não conseguiu retirar assinaturas o suficiente, Pacheco seria obrigado a fazer a leitura na sessão de terça. CNN



Governo Lula e Congresso avançam em regulação de big techs sob pressão de ataque a escolas



Depois de uma tentativa fracassada no ano passado de acelerar projeto que regula a atuação de plataformas no país, o Congresso acerta os últimos detalhes de um texto que deve ser votado até o fim do mês, em meio à pressão sobre redes sociais motivada pelos recentes ataques a escolas.

O relator do texto, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), finalizou na segunda-feira (17) uma minuta de substitutivo, incorporando algumas sugestões do governo. Agora, ele começa a rodar as bancadas de deputados para negociar ajustes à proposta que será votada em plenário.

Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a expectativa é que o projeto, apelidado de PL das fake news, seja votado

nos dias 26 e 27 deste mês.

A última versão com sugestões do governo foi encaminhada no final de março, após o ataque a uma escola estadual de São Paulo que resultou na morte de uma professora, mas antes da invasão a uma creche em Blumenau (SC) na qual quatro crianças foram mortas.

O texto será finalizado em meio a discussões sobre como aumentar a segurança nas escolas e prevenir novos atentados. Na terça-feira (18), o presidente Lula fará uma reunião com o presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos) para discutir políticas de prevenção à violência nas escolas.

O encontro terá a presença do vice-presidente, Geraldo Alckmin, dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira e da presidente do STF, Rosa Weber, além do procurador-geral da República, Augusto Aras, e de governadores. No Congresso, a última versão enviada pelo governo inclui um capítulo inteiro para a proteção de crianças e adolescentes, que exige a adoção de medidas adequadas e proporcionais para assegurar um nível elevado de privacidade, proteção de dados e segurança.

Também veda a publicidade ou impulsionamento de conteúdos que defendam, promovam ou incitem ódio, discriminação e intolerância, neguem fatos históricos violentos bem documentados e contenham indícios de crimes contra o Estado democrático de Direito e de terrorismo. Danielle Brant/Folhapress

Multi embarca no fitness e participa de aporte de R\$ 20 mi em startup do fundador da Netshoes



O Grupo Multi (MLAS3), antiga Multilaser, resolveu embarcar na tese de qualidade de vida e esporte. A empresa, mais conhecida pelos seus aparelhos eletrônicos, participou de um aporte de R\$ 20 milhões por meio de seu Corporate Venture Capital (CVC) na plataforma ZiYou, startup criada por Marcio Kumruian, co-fundador e ex-CEO da Netshoes. O investimento foi promovido pela Bertha Capital com assessoria financeira da Setter.

De acordo com Kumruian, o aporte vai permitir acelerar o crescimento da ZiYou, que conta atualmente com 14 mil assinantes. O recurso será destinado para melhorar a estrutura tecnológica da plataforma, o lançamento de no-

vos produtos e a contratação de mais funcionários para as áreas de venda e marketing.

“Vamos desenvolver um modelo ainda mais inteligente de expansão, inclusive com a abertura de lojas físicas nas principais cidades do Brasil”, afirmou o fundador e CEO da ZiYou, Marcio Kumruian.

Além do dinheiro novo, a ZiYou passará a contar com o CEO da Multi, Alexandre Ostrowiecki, em seu conselho de administração. “Vamos levar nosso conhecimento em tecnologia para somar nesse mercado promissor que traz bem-estar e benefícios à saúde”, disse Ostrowiecki. Segundo dados mais recentes do IBGE, quase um terço da população brasileira pratica alguma atividade física. A pandemia de Covid-19 soma-

do ao entendimento de que os exercícios auxiliam a saúde mental fizeram a procura por soluções neste mercado disparar nos últimos anos. Com um modelo chamado de equipment as a service, a ZiYou oferece venda e locação online de equipamentos esportivos, como esteiras, bikes de spinning, elípticos, remos, estações de musculação, entre outros. A startup ainda atende o mercado B2B, formado por empresas, condomínios, coworkings e demais estabelecimentos interessados em montar espaços fitness sob medida, no modelo de assinatura. Além da vertical de equipamentos, a startup também oferece conteúdos online em seu aplicativo para que os usuários consigam treinar de maneira correta. Infomoney

McCain adquire o controle da Forno de Minas; fundadores deixam o negócio pela segunda vez



A McCain do Brasil, conhecida pelas batatas fritas congeladas, anunciou um acordo para aquisição de 51% da Forno de Minas. Com a operação, a canadense que já era dona de 49% da empresa mineira desde 2018, passa a ser a única acionista e controladora da fabricante de pães de queijo.

As empresas comunicaram a operação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que começará a analisar o negócio. O valor da operação não foi divulgado.

“McCain e Forno de Minas reafirmam a continuidade do plano de negócios já em andamento, desenvolvido pela liderança da Forno, bem como o compromisso de manter o alto padrão de qualidade

Sega faz acordo com a Rovio para aquisição da empresa pelo valor de US\$ 1 bilhão

A Sega quer adquirir a Rovio pelo valor de US\$ 1 bilhão. Para quem não sabe, trata-se da empresa que criou a franquia dos jogos Angry Birds, o que significa que eles podem acabar fazendo companhia para o Sonic em breve, de acordo com informações do Wall Street Journal. Segundo o que foi divulgado até agora, a Sega Sammy Holdings, que é empresa controladora da Sega, está bem próxima de finalizar um acordo para adquirir a companhia finlandesa Rovio Entertainment por um valor que gira na casa do US\$ 1 bilhão (quase R\$ 5 bilhões em conversão direta).

As fontes afirmam que o negócio pode ser concluído até o final da próxima semana. Criadora da série Angry Birds, a Rovio trouxe o primeiro jogo da franquia em 2009 para iOS. A versão

clássica, por sua vez, tratava-se de atirar pássaros em estruturas com a finalidade de derrotar porcos. Cada personagem tinha uma espécie de poder para o jogador tentar tirar o melhor proveito para sair vitorioso em cada fase. Nesse sentido, foram lançados diversos outros títulos, incluindo sequências, spin-offs e parcerias com outras marcas, como ocorreu no lançamento de uma versão inspirada em Star Wars.

Os personagens de Angry Birds também foram para as telonas, em duas adaptações em formato de animação que foram exibidas nos cinemas, em 2016 e 2019. Ainda em 2019, a Rovio trouxe aos celulares um título em AR de Angry Birds e quanto aos outros jogos, o game “Angry Birds 2” ficou disponível para o Google Play Games em versão de PC recentemente.

Tudo Celular



dos produtos e continuar escrevendo essa história de sucesso juntas”, diz nota divulgada pela empresa canadense.

No ano passado, a McCain investiu US\$ 150 milhões na sua primeira fábrica no Brasil.

“O Brasil é o quinto maior consumidor de produtos do setor em que atuamos e cresce a aproximadamente 8% anualmente. Acreditamos que tem potencial para chegar a ser o terceiro, perdendo somente para os Estados Unidos e Reino Unido”, afirma Aluizio Periquito, diretor geral da McCain no Brasil.

Hoje, o Brasil ainda representa uma parte pequena da receita da McCain, que fatura mais de US\$ 10 bilhões: o país responde por cerca de US\$ 200 milhões anualmente.

Fundadores deixam comando da empresa (de novo)

A Forno de Minas foi fundada em 1990 pela família Mendonça e atualmente produz pães de queijo e produtos variados para o varejo e food service. A companhia tem mais de 1200 colaboradores e exporta para 14 países.

Com sede em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, a companhia conta com uma indústria de laticínios própria, localizada em Conceição do Pará (MG), onde é produzido o queijo utilizado em todas as receitas elaboradas a partir de ingredientes selecionados e naturais. Pela segunda vez, os fundadores da Forno de Minas vão deixar o comando do negócio. Em 1999, a americana Pillsbury, marca da da holding Diageo, comprou a fabricante de salgadinhos congelados. EXAME



Publicidade Legal

PP Promotora de Vendas S.A.

CNPJ/MF nº 18.249.116/0001-24 – NIRE 35.300.461.177

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: 10/02/2023, às 12h, na sede da Companhia, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, 9º andar, Continental Tower, Cidade Jardim, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença da única acionista da Companhia, conforme dispõe o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente – Marco Antonio Afonso; Secretário – Marcia Pacianotto Ribeiro. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) consignação de renúncia de Diretor da Companhia; (ii) eleição do Sr. Alan Zelazo, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, decidem: (i) consignar a renúncia (a) Alexandre Mariano Corral Antunes, RG nº 44.350.673-5 SSP/SP e CPF/ME nº 345.670.008-38, na qualidade de Diretor Comercial. (ii) Eleger o Sr. Alan Zelazo, RG nº 10.445.855-9 SSP e CPF/ME nº 072.211.557-12, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. Pela assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento como Anexo I, o membro da Diretoria ora eleito toma posse em seu cargo e declara expressamente sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das S.A. (a) não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; (b) não ter sido declarado inabilitado para o exercício do cargo por ato da Comissão de Valores Mobiliários; e (c) atender ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: Mesa: Marco Antonio Afonso – Presidente; Marcia Pacianotto Ribeiro – Secretária. FCBPC Holding S.A. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 147.019/23-0 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

CAS Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Convocação - Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2023

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 28/04/2023, às 16:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e b) Distribuição de dividendos. São Paulo, 18/19/20 de abril de 2023. (aa) Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (18, 19 e 20/04/23)

Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 24.736.067/0001-57

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os sócios da Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda., nos termos do artigo. 1.071 e seguintes do Código Civil, convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em 02 de maio de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas, em segunda convocação, na sede social e virtualmente, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número, a fim de deliberarem sobre a exclusão, por justa causa, do sócio Alexandre Augusto Sambo nos termos do caput do art. 1.085 do Código Civil. São Paulo/SP, 18 de abril de 2023. Claudemir Martins – Administrador (18, 19 e 20/04/2023)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 26 de abril de 2023, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a distribuição e pagamento de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 13 de abril de 2023. Angela Martins Guido Rios – Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/04/2023)

Comexport Companhia de Comércio Exterior

CNPJ/ME nº 43.633.296/0001-90 - NIRE 35.300.019.270

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2023

Data, hora e local: 23/02/2023, 10hs, na sede social. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente, Sr. Alan Goldlust; **Secretário,** Sr. Sérgio Vladimirci Junior. **Deliberações aprovadas:** 6.1. Os sócios presentes ratificaram a distribuição de dividendos realizada pela Sociedade, referente ao exercício de 2022, englobando valores extraídos do saldo da conta reserva de lucros, no montante de R\$ 84.999.999,99, distribuídos aos sócios. Nada mais. São Paulo, 23/02/2023. Advogada Responsável: Mirela Righetti, OAB/SP 184.175. JUCESP nº 145.672/23-2 em 14/04/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de março de 2023

I. Data, Hora e Local: Em 17/03/2023, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Olímpadias, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia. **II. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** Examinar, discutir, deliberar e votar as seguintes matérias: (a) a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; e (b) a eleição de novo membro para o Conselho de Administração da Companhia. **V. Deliberações:** Após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) Ratificar o recebimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. Antoine Paul Claude Durand, cédula de identidade 20FV04229, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 15/03/2023, que fica arquivada na sede social da Companhia; (b) Em razão da deliberação acima, em complemento de mandato, a eleição do Sr. Pierre, Azad, Emmanuel Tardiveau, passaporte francês nº 15AA6374, para o cargo de membro suplente do Sr. Mathieu Pierre Henri Lebègue no Conselho de Administração da Companhia. O Conselheiro ora eleito tomará posse de seu cargo na presente data, mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, cuja cópia segue anexa à presente ata (Anexo I) e declara, sob as penas da lei, para fins do parágrafo primeiro do Artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações, não estar incurso em nenhuma das hipóteses previstas em lei que o impeça de exercer as funções de membros do Conselho de Administração da Companhia. Diante das deliberações acima, ratifica-se a composição do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser composto pelos seguintes membros:

Composição Atual do Conselho de Administração da Companhia	Prazo de Mandato
Pedro Mengotti Fernández De Los Rios - Titular	Até 05/05/2023
André Lima De Angelo - Titular	Até 22/12/2024
Diego Marin Garcia - Titular	Até 22/12/2024
Mathieu Pierre Henri Lebègue - Titular	Até 22/12/2024
Pierre, Azad, Emmanuel Tardiveau - Suplente	Até 17/03/2025

VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/03/2023. Sr. Javier Serrada Quiza – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 146.482/23-2 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Frente Corretora de Câmbio Ltda.

CNPJ/ME nº 71.677.850/0001-77 - NIRE 35.211.630.542

33ª Alteração Contratual de Transformação

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito: Daniela Fátima Bernardi Marchiori, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada em Porto Alegre - RS, na Rua Honório Silveira Dias, nº 1483 - apto. 702 - Higienópolis - CEP 90540-070, portadora da C.I. RG. nº 9048121629-SSP-RS e do CPF nº 550.084.290-00; Altino Pavan, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre - RS, na Rua Tobias da Silva, nº 221 - apto. 1201 - Moínhos de Vento - CEP 90570-020, portador da C.I. RG nº 6041870392-SSP-SP e do CPF nº 632.752.280-72; Ricardo Baraçal Panariello, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado em Santos - SP, na Rua República do Peru, nº 44 - Apto. 92 - Ponta da Praia - CEP 11030-290, portador da C.I. RG nº 24.268.109-SSP-SP e do CPF nº 284.756.008-40; Carlos Henrique Brown, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Lucio Costa, nº 2970 - Apto. 304 - Barra da Tijuca - CEP 22620-172, portador da C.I. RG nº 20.733.999-47-SSP-RS e do CPF nº 967.815.130-87; e Travelex Banco de Câmbio S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo-SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 5º andar - Conjuntos 51 e 52 - Edifício Berrini One - Cidade Monções - CEP 04571-010, inscrito no CNPJ nº 11.703.662/0001-44 e no Registro do Comércio sob NIRE 35300377435, neste ato representado por seus diretores, o Sr. João Manuel Campanelli Freitas, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, bancário, portador da C.I. RG nº 7.664.367-0-SSP-SP e do CPF nº 041.726.158-64 e o Sr. Christian Reinhard Theodor Stier, alemão, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da C.I. RNE nº V088962-D DIREX e do CPF nº 116.830.058-48, ambos domiciliados em São Paulo - SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 5º andar - Conjuntos 51 e 52 - Edifício Berrini One - Cidade Monções - CEP 04571-010. **Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior**, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.196.151/0001-07, neste ato representado por sua Administradora **Reag Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 1.702 Parte, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.863.529/0001-34, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 15.170, de 12/08/2016. Únicos sócios da Frente Corretora de Câmbio Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 7º andar - escritório nº 8 do Edifício Setin Tower, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.677.850/0001-77, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.211.630.542, em sessão de 08/06/1993 ("Sociedade"). Resolvem, de comum acordo alterar o Contrato Social da Sociedade nos seguintes termos: **1. Transformação de Tipo Jurídico da Sociedade:** **2.** Os sócios decidem transformar o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos e condições a seguir estabelecidos: **a)** A denominação social da sociedade passará a ser **Frente Corretora de Câmbio S.A.** ("Companhia"). **b)** Permanecem inalteradas as atuais participações das sócias da Companhia, as quais passam à condição de acionistas, recebendo tantas ações ordinárias quantas forem as quotas de sua propriedade, mantendo-se inalterado o valor do capital social, atualmente no valor de R\$ 31.725.000,00 totalmente subscrito e parcialmente integralizado, que passa a ser representado por 228.674 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, de acordo com previsto nos Boletins de Subscrição Anexo I, deste instrumento, ficando assim distribuídas entre os acionistas: **Sócio:** Altino Pavan; **Quota:** 130.299; **%:** 56,98; **R\$:** 15.635.760,00. **Sócio:** Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior; **Quota:** 18.466; **%:** 8,08; **R\$:** 6.500.040,00. **Sócio:** Daniela Fátima Bernardi Marchiori; **Quota:** 42.199; **%:** 18,45; **R\$:** 5.063.920,00. **Sócio:** Ricardo Baraçal Panariello; **Quota:** 14.688; **%:** 6,42; **R\$:** 1.762.600,00. **Sócio:** Carlos Henrique Brown; **Quota:** 14.688; **%:** 6,42; **R\$:** 1.762.600,00. **Sócio:** Travelex Banco de Câmbio S.A.; **Quota:** 8.334; **%:** 3,65; **R\$:** 1.000.080,00. **Total de Quotas:** 228.674; **Total de %:** 100,00; **Total em R\$:** 31.725.000,00. **e)** Ato seguinte, são eleitos por unanimidade, para os cargos da Diretoria, pelo prazo de 03 anos, a contar desta data, a **Sra. Daniela Fátima Bernardi Marchiori**, na qualidade de Diretora Presidente, **Sr. Ricardo Baraçal Panariello** e **Carlos Henrique Brown**, na qualidade de Diretores sem designação específica, todos já qualificados acima. **d)** Os Diretores, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, e que tampouco foi condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **e)** Os membros eleitos da Diretoria, por este ato, são investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme Anexo III deste instrumento. **f)** A Companhia será regida por um Estatuto Social, aprovado por unanimidade dos presentes, conforme Anexo II, e pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **g)** Dispensar a instalação do Conselho Fiscal, conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76 e o artigo 16 do Estatuto Social ora aprovado. E, por estarem justas e contratadas, as partes formam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. São Paulo, 10/11/2022. **Sócios:** Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Altino Pavan, Ricardo Baraçal Panariello, Carlos Henrique Brown e Travelex Banco de Câmbio S.A. João Manuel Campanelli Freitas, Diretor Operacional e Christian Reinhard Theodor Stier, Diretor Financeiro. **Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior**, Reag Administradora de Recursos Ltda., CNPJ: 23.863.529/0001-34. **Renato Oswaldo de Góis Pereira**, OAB/SP 204.853. JUCESP/NIRE nº3530061246-9. JUCESP nº 122.977/23-3 em 30-03-23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Dólar sobe 0,78%, a R\$ 5,9759, em meio a incômodo com ajustes no arcabouço

O mercado doméstico de câmbio trabalhou na defensiva ao longo da sessão da terça-feira, 18, em meio à cautela dos investidores diante de rumores em torno do tamanho de brechas para mais gastos na proposta de novo arcabouço fiscal. Sucessivos adiamentos na divulgação do texto durante o dia provocavam apreensão nas mesas de operação, impedindo que o real acompanhasse o sinal predominante de baixa na moeda americana lá fora. A fora um recuo pontual nos primeiros negócios, quando registrou mínima a R\$ 4,9130, sob impacto do resultado acima do esperado do PIB chinês no primeiro trimestre, a moeda operou com sinal positivo durante o restante da sessão. A máxima, a R\$ 4,9970, veio logo após o ministério da Fazenda divulgar o texto com as novas regras fiscais, por volta das 15h40. A onda compradora, contudo, arrefeceu em seguida, quando se observou que o documento não trouxe surpresas negativas além das já especuladas na imprensa pela manhã. Assim, a divisa fechou cotada a R\$ 4,9759, em alta de 0,78%. Principal termômetro do apetite por negócios, o dólar futuro para maio teve giro forte, superior a US\$ 15 bilhões. Operadores observam que, dada a forte rodada de apreciação do real iniciada em fins de março e acentuada na semana passada, havia espaço para ajustes e recomposição parcial de posições defensivas. Em abril, a moeda ainda perde 1,83%, o que leva a desvalorização no ano a 5,76%.

Após arcabouço, Ibovespa firma leve alta de 0,14%, a 106,1 mil pontos



O Ibovespa operou em torno da linha dos 106 mil pontos ao longo da tarde, à espera do encaminhamento do texto do arcabouço fiscal, adiado do início para o fim da tarde, com algumas trocas de horário no meio do caminho, o que contribuiu para cautela dos investidores na B3 em dia de desempenho misto em Nova York, sem força compradora para ativos de risco. Por volta das 15h40, o Ministério da Fazenda comunicou que divulgaria o texto do arcabouço antes do horário final que havia sido indicado (16h30), e o conhecimento do teor da proposta acabou firmando o índice da B3 em leve alta na reta de chegada da sessão, apesar de piora pontual no câmbio e nos juros futuros.

Assim, a referência da B3 encerrou o dia com ganho de 0,14%, aos 106.163,23 pontos, entre mínima de 105.121,74 e máxima de 106.474,75 na sessão, em que saiu de abertura aos 106.022,52 pontos. O giro ficou em R\$ 21,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa limitou perda (-0,11%), mantendo ganho no mês a 4,20% – no ano, cede 3,25%.

Quando a Fazenda iniciou a divulgação do texto, depois das 15h40, o Ibovespa mostrou desempenho distinto do câmbio e dos juros futuros: enquanto o dólar se aproximava dos R\$ 5, na máxima da sessão, e os juros futuros também subiam, o índice da B3 zerou as perdas do dia e sustentou leve alta até o fechamento, na ausência de surpresas negativas em relação ao que se conhecia mais cedo.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa
Confira no nosso site as principais notícias do dia:
datamercantil.com.br

Triunfo Agropecuária S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.876/0001-68

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Balço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2022	2021	
Ativo	61.608.175,37D	53.713.519,51D	
Circulante	38.198.418,37D	32.117.414,03D	
Bancos Conta Movimento	599.553,58D	353.090,59D	
Cliente a Receber	4.789.027,30D	10.489.476,11D	
Perdas Estimadas	2.663.424,85C	2.663.424,85C	
Outros Créditos	784.027,16D	706.436,87D	
Adiantamentos a Fornecedores	212.380,31D	126.748,79D	
Tributos a Recuperar/Compensar	566.470,20D	578.688,08D	
Emprestimos a Empregados	5.176,65D	1.000,00D	
Aplicações Financeiras	17.848.574,08D	12.434.930,08D	
Estoques	15.777.700,85D	10.370.642,52D	
Despesas Antecipadas	1.065.960,25 D	426.262,71D	
Não Circulante	23.409.757,00D	21.596.105,48D	
Cliente a Receber LP	104.400,00D	-	
Socios	4.982.634,91D	4.369.574,06D	
Depositos Judiciais	1.885,78D	1.885,78D	
Investimentos	776.815,25D	831.969,21D	
Imobilizado	12.642.287,68D	12.210.430,15D	
Imoveis	12.826.442,09D	12.682.669,88D	
Móveis e Utensílios	606.975,33D	599.345,06D	
Máquinas e Acessórios	30.823,76D	30.823,76D	
Equipamentos	3.250.832,04D	2.994.874,23D	
Ferramentas	32.091,63D	29.621,08D	
Instalações	1.305.367,44D	1.218.273,18D	
Veículos	2.501.611,23D	2.724.196,23D	
Aeronaves	29.665,94D	29.665,94D	
Tratores e Implem. Agrícolas	1.303.849,83D	1.168.018,70D	
Benf. em Propriedade de Terceiros	614.569,88D	614.569,88D	
(-) Deprec. Amort. e Exaustoes	-	-	
Acum.	9.859.941,49 C	9.881.627,79 C	
Intangível	-	-	
Software de Computação	9.120,00D	9.120,00D	
Amortizações	9.120,00C	9.120,00C	
Ativo Biológico	4.901.733,38D	4.182.276,28D	
Animais de Trabalho	55.584,17D	55.466,58D	
Bovino Permanente	8.614.058,84D	7.189.507,27D	
Equino Permanente	25.922,11D	25.922,11D	
Cultura Permanente	2.244.092,82D	2.405.049,51D	
(-) Deprec. Amort. e Exaustoes	-	-	
Acum.	6.037.924,56C	5.493.699,19C	
Passivo e Patrimônio Líquido	61.608.175,37C	53.713.519,51C	
Circulante	5.224.456,48 C	4.950.819,06C	
Fornecedores	1.319.116,62C	1.315.304,55C	
Obrigações Tributárias	745.715,75C	1.618.825,29C	
Obrig. Trabalhistas e Previdenciárias	614.530,96C	199.388,58C	
Outras Obrigações	2.545.093,15C	1.817.300,64C	
Não Circulante	1.789.981,64C	6.725.880,85C	
Outros Débitos	50.000,00C	50.000,00C	
Receitas Antecipadas e Apropriar	2.025.267,35C	6.808.433,65C	
Despesas Antecipadas a Apropriar	285.285,71D	132.552,80D	
Patrimônio Líquido	54.593.737,25C	42.036.819,60C	
Capital Social	44.500.566,74C	44.500.566,74C	
Prejuízos Acumulados	-	2.463.747,14D	
Reservas	10.093.170,51C	-	
Reserva Geral	504.658,53C	-	
Reserva de Lucros	9.588.511,98C	-	

Notas Explicativas

A Triunfo Agropecuária S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, continuando a Companhia com o mesmo objeto social, mantendo todos os direitos e obrigações que compõem o seu patrimônio, consignando-se, ademais, não houve aumento de capital social, sendo assim permanecerá o mesmo capital social de R\$ 44.500.566,74, passará a ser representado por 4.450.056.674 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01, (um centavo de real) cada ação, subscritas na exata proporção do valor das respectivas cotas. A Companhia tem como objeto social a atividade agropecuária, compreendendo a criação de bovinos para corte, reprodução, a produção e comercialização de sêmen; a atividade "agrícola" compreendendo a produção do café, da cana de açúcar, da laranja, do milho, da soja e dos demais produtos da cadeia de cultura permanente ou temporária, bem como de parcerias dos respectivos plantios; a atividade "florestal" compreendendo a produção da seringueira, do eucalipto, do bambu

João Hagop Nercessian – Diretor Geral

Paula Duarte Silveira – Contadora CRC-SP nº 1SP 176.292/O-2

Juros: taxas sobem com atrasos na entrega e ajustes no texto do arcabouço



Os juros futuros fecharam a terça-feira em forte alta. Os diversos adiamentos na entrega do arcabouço fiscal ao Congresso ao longo do dia testaram a paciência do investidor, fomentando ruídos sobre mudanças de última hora que resultariam em uma proposta mais frouxa, e que acabaram se confirmando no texto divulgado pelo Ministério da Fazenda no meio da tarde. As taxas abriram em baixa, passaram à estabilidade ainda pela manhã e se firmaram em alta do começo da tarde até o fechamento, na medida em que o governo foi empurrando o envio do texto para o fim da tarde. Pesou ainda para a abertura da curva a determinação do presidente Lula de voltar atrás na taxa de juros de 13,25%, de 13,21% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,89% para 12,01%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 11,91%, de 11,73%, e a do DI para janeiro de 2029 terminou em 12,25%, de 12,05%.

A expectativa de que finalmente o texto seria entregue hoje ao Legislativo favoreceu um recuo das taxas no começo da sessão, somado à repercussão inicialmente positiva aos dados da China que saíram ontem à noite. Ainda assim, num segundo momento, alguns analistas ponderaram que enquanto o PIB do primeiro trimestre surpreendeu, os dados da indústria em março ficaram abaixo do esperado, configurando uma percepção de crescimento pouco confiável.

Sobre o arcabouço, a expectativa inicial era de entrega ainda pela manhã de ontem, por volta das 11h30, mas que foi sendo ajustada durante a sessão.

13,25%, de 13,21% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,89% para 12,01%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 11,91%, de 11,73%, e a do DI para janeiro de 2029 terminou em 12,25%, de 12,05%.

A expectativa de que finalmente o texto seria entregue hoje ao Legislativo favoreceu um recuo das taxas no começo da sessão, somado à repercussão inicialmente positiva aos dados da China que saíram ontem à noite. Ainda assim, num segundo momento, alguns analistas ponderaram que enquanto o PIB do primeiro trimestre surpreendeu, os dados da indústria em março ficaram abaixo do esperado, configurando uma percepção de crescimento pouco confiável.

Sobre o arcabouço, a expectativa inicial era de entrega ainda pela manhã de ontem, por volta das 11h30, mas que foi sendo ajustada durante a sessão.

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,9672 / R\$ 4,9678 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9740 / R\$ 4,9760 *
Turismo - R\$ 5,0700 /
R\$ 5,1720
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: +0,81%

OURO BM&F
R\$ 316

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: 0,14%
Pontos: 106.163
Volume financeiro:
R\$ 21,028 bilhões
Maiores altas: Petz ON
(3,35%), Cielo ON
(1,74%), Rede D'Or ON
(0,93%)
Maiores baixas: Lojas
Renner ON (-2,49%),
Hapvida ON (-2,04%),
CVC Brasil ON (-1,92%)
S&P 500 (Nova York):
0,09%
Dow Jones (Nova York):
-0,03%
Nasdaq (Nova York):
-0,04%
CAC 40 (Paris): 0,47%
Dax 30 (Frankfurt):
0,59%
Financial 100 (Londres):
0,38%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,51%
Hang Seng (Hong Kong):
-0,63%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,23%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,3%
Merval (Buenos Aires):
1,07%
IPC (México): -0,72%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%
Fevereiro 2023: 0,84%

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 05 de abril de 2023, às 09:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 (“Companhia”), nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”).

2. Convocação: O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária (“Assembleia”) foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), no jornal “Data Mercantil”, nas edições de 04, 05, 06, 07 e 08 de março de 2023 (páginas 7, 7, 7, 5 e 6 do jornal impresso e 2, 2, 2, 2 e 4 do jornal digital, respectivamente).

3. Publicações: As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram publicados no jornal “Data Mercantil” (páginas 06 a 07 do jornal impresso e 03 a 12 do jornal digital), no dia 07 de março de 2023. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos websites da Companhia (ri.gpsa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

4. Presença: Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 84,8% (oitenta e quatro inteiros e oito décimos por cento) do capital social da Companhia, conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 04 de abril de 2023, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escrituradora das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 (“Mapa Sintético Consolidado”). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também a Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, e o Sr. Marcos A. Boscolo, representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Auditores Independentes”).

5. Mesa: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; e pelo Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário.

6. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do website da Companhia (ri.gpsa.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no website da CVM (www.gov.br/cvm). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 48, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

7. Ordem do Dia: Apreciar e deliberar sobre: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração da Companhia e o parecer dos Auditores Independentes; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

8. Deliberações: Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstencões, as contas dos administradores da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração da Companhia e o parecer dos Auditores Independentes; (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstencões, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R\$516.681.436,55 (“Lucro Líquido”), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração: (a) R\$25.834.071,83, correspondentes a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R\$174.124.297,10 (cento e setenta e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e dez centavos), sem retenção de imposto de Renda na Fonte, composto por: (i) R\$122.711.841,18, correspondentes a 25% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$0,18323162958 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 31 do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”); e (ii) R\$51.412.455,92, correspondentes a 10,47% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R\$0,07676837042 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos adicionais; e Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 17 de abril de 2023, à vista, por meio de crédito em conta corrente. Farão jus aos referidos dividendos os acionistas da Companhia registrados como tal em 05 de abril de 2023, data de realização desta Assembleia. (c) R\$316.723.067,62, correspondentes a 64,52% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), à reserva estatutária, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 31 do Estatuto Social. (iii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstencões, a definição de um Conselho de Administração composto por 7 (sete) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, nos termos da Proposta da Administração; (iv) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstencões, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, a saber: (a) Sr. José Caetano Paula de Lacerda, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 774.383 SSP/BA, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 111.439.085-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Avenida Delfim Moreira, nº 1.064, apartamento 201, Leblon, CEP 22411-000, para o cargo de Presidente do CA-GPS; (b) Sr. Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 06040760-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 847.694.837-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Epitácio Pessoa, nº 2.840/301, Lagoa, CEP 22471-003, para o cargo de Vice-Presidente do CA-GPS; (c) Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº M-308.941 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.613.056-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Tutuio, nº 106, Edifício Vair, apartamento 231, CEP 04007-000, para o cargo de Membro Titular Vinculado do CA-GPS; (d) Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.285.022-0/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.575.478-11, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 9º andar, Jardim Paulista, CEP 01452-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (e) Sr. Otavio Yazbek, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.188.557-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.749.928-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 350, 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (f) Sr. Pedro Franco Sales, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.073.177-5/IFPR, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.446.557-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.077, apartamento 31, Jardim Paulista, CEP 01408-001, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (g) Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 839.142 – SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.330.245-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Alexandre Correia, nº 310, apartamento 52, Jardim Vitória Régia, CEP 05657-230, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (h) Sr. Luis Carlos Martinez Romero, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.284.691 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 443.874.405-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS; e (i) Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira, brasileira, solteira, profissional de relações internacionais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 08582702-93 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 324.425.548-52, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Felipe Figliolini, nº 178, Santo Amaro, CEP 04740-010, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS. Os acionistas aprovaram a designação dos Srs. Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Pedro Franco Sales, e Roberto Lopes Pontes Simões como membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que, após a análise das declarações fornecidas, de seus currículos e históricos profissionais, restou verificado o enquadramento dos critérios de independência estabelecidos nos termos do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e artigo 6º, Anexo K, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”). Os membros do Conselho de Administração acima eleitos serão empoderados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse

lavrados em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80. Considerando o pedido tempestivo de adoção do processo de voto múltiplo formulado por acionistas titulares de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, a eleição dos membros do Conselho de Administração foi realizada por meio de processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. Foram necessárias 499.042.040 ações ordinárias para a eleição de cada membro do Conselho de Administração. (v) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstencões, a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de até R\$92.858.937,00, sendo (i) até R\$1.313.799,00 referente aos membros do Conselho de Administração; e (ii) até R\$91.545.138,00 referente aos membros da Diretoria, nos termos da Proposta da Administração; (vi) tendo em vista a solicitação feita pelos acionistas minoritários da Companhia, em boletim de voto à distância, bem como a indicação de membro do Conselho Fiscal por acionistas minoritários, fica aprovado, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro das abstencões, sem ressalvas, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, com a eleição dos seguintes membros: (a) Indicado pelos acionistas Squadra Inst FIA, Squadra TEXAS LLC, Leland Stanford Junior University, VKF Investments Ltd., FIA RVA EMB IV, FPRV SQA Sanhaço Fundo de Investimento de Ações Previdenciário, Grouper Equity LLC, Snapper Equity LLC, Squadra Horizonte FIA, Squadra Master IVP FIA, Squadra Master Long-Biased FIA, Squadra Master Long-Only FIA, SV2 Equity LLC, SV3 Equity LLC, e SV4 Equity LLC para eleição em separado de membro efetivo e respectivo membro suplente do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações: (i) Sra. Helena Turlado de Araújo Penna, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 009.670.907-2, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.979.517-38, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alberto de Campos, nº 285, apto. 101, CEP 22411-030, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. Warley de Oliveira Dias, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº MG10469794, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.729.506-21, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua São Julião, nº 455, apto. 601, Nova Floresta, CEP 31140-230; (b) Indicado pelo acionista controlador para os cargos de membros do Conselho Fiscal: (i) Sra. Lívia Xavier de Mello, brasileira, casada, bacharel em economia, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.574.750-3/IFPR, inscrita no CPF/MF sob o nº 078.320.417-57, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Urquiza, nº 235, apartamento 1.303, Leblon, CEP 22431-040, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. Daniel Abraham Loria, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.077.133-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 334.023.148-60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Gregório Paes de Almeida, nº 858, Vila Madalena, CEP 05450-001; e (ii) Sr. Edson Neves de Souza, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.565.022 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 102.087.748-07, residente e domiciliado na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, com endereço na Estrada do Jequitibá, nº 999, casa 244, Portal do Jequitibá, Jardim Pinheiros, CEP 13274-610, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. Richard Blanchet, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.158.435 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 08292452869, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Wanderley, nº 1.295, apto. 102, Perdizes, CEP 05011-001. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei e declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 80, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil. (iii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstencões, a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante mínimo previsto em lei de 10% (dez por cento) da remuneração média de cada diretor, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **9. Mapa de Votação:** Em atendimento ao artigo 22, parágrafo 5º, da Resolução CVM 80, bem como ao artigo 48, parágrafo 6º, da Resolução CVM 81, o mapa sintético final de votação constante do Anexo I (“Mapa Sintético Final”), que é parte integrante desta ata, indica quantas aprovações, rejeições e abstencões cada deliberação recebeu, bem como o número de votos conferido a cada candidato na eleição para o Conselho de Administração.

10. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81:** Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81:** ADALTO MARCONDES FREIRE JUNIOR, ADRIANA DA SILVA SIQUEIRA, ADRIANO MACEDO DA FONSECA, ALEXANDRE GUSHIKEN, ALEXANDRO MARQUES FALCÃO, ALVARO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, ANDERSON NUNES DA SILVA, ANGELA MARIA CARDOSO FERNANDES, ANTONIO CARLOS EDUARDO OFRASEO, ARTUR ELOY CHAGAS DE OLIVEIRA, BESTINVER LATAM, FI, BRIAN SILVA, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, CARLOS ANDRÉ TEIXEIRA PITANGA, CARLOS NASCIMENTO PEDREIRA, CARLOS NASCIMENTO PEDREIRA FILHO, CAROLINA FERNANDES DA CUNHA CERQUEIRA DA SILVA, CESAR LUIS NUNES MORAES, CINTYA PÁDUA CAVALCANTE, CLAUDIO PEDROSA MONTEIRO, CLÁUDIO PETRUZ, CLAYTON DE MATOS SUSTANTIO, CLEVERSON DUTRA ZONTINI, CRISTIANO FINARDI, DANIEL PEGORINI, DANIEL QUEIROZ NEVES PLEGRINELLI, DIEGO DE MATOS FERRANDIS, DIEGO SANCHES DE SOUSA E SILVA, EDILAINE SIENA, EDUARDO JARDIM DE AZEVEDO, ELIEZER SOBRAL, FLAVIA MORAIS VON KRUGER, GUILHERME NASCIMENTO ROBORTELLA, GUSTAVO VIANNA OTTO, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW SMALL CAPS FDO INDICE, ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES – FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU HUNTER TOTAL RETURN MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU LONG AND SHORT PLUS MULTIMERCADO FI, ITAU MASTER GLOBAL DINAMICO MULTIMERCADO FI, ITAU MULTIMERCADO GLOBAL EQUITY HEDGE FI, ITAU MULTIMERCADO LONG AND SHORTS FI, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, ITAU SNIPER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, JAIRO LASER PROCIANOY, JEFFERSON NURBEGOVIC, JOAO PAULO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, JOSE CAETANO PAULA DE LACERDA, JOSE EDSON PEREIRA DOS SANTOS, JOSE HERMINIO PASSOS SALES, JOSE RICARDO ZOMIGNAN FONTANARI, JULIANO COSTA DA SILVA, KARLA MARANHÃO, KINITRO EAGLE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, KINITRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, KINITRO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, KINITRO SF FUNDO DE INVESTIMENTOS EM ACOES, LUIS CARLOS MARTINEZ ROMERO, LUIZ ANTONIO DE SA ARRUDA, LUIZ RAIMUNDO TOMAZZONI, MARCELO NIEMEYER HAMPSHIRE, MARCIO BARBOSA CUSTODIO, MARCIO RABELO CAMARGO, MARCO ANTONIO DA SILVA, MARCOS LUIZ ABREU DE LIMA, MARCOS NASCIMENTO PEDREIRA, MARIA ELISA ALBA BERNHOEFF, MICHEL PIPOLO DE MESQUITA, NP PARTICIPAÇÕES S.A., PAULO CÉSAR BRAGA ICÓ DA SILVA, PEDRO CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, PRISCILA CARDOSO FERNANDES DA CUNHA, QUANTAMENTAL HEDGE MASTER FIM, RECOVERY FUND DE INVESTIMENTOS EM ACOES, RICARDO DE VASCONCELOS FREIRE, THIAGO NUNES COSTA, TRUXT INVESTMENTS – EQUITY LONG SHORT MASTER FUND LLC, TRUXT LONG BIAS MASTER FIA, TRUXT LONG BIAS MASTER FIM, TRUXT LONG SHORT MASTER FIM, TRUXT PREVIDENCIA FIA, TRUXT VALOR B PREVIDENCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, TRUXT VALOR MASTER FIA, TRUXT VALOR MASTER INSTITUCIONAL FIA, TRUXT VALOR PREVIDENCIA MASTER I FI EM ACOES, VALORA PARTICIPAÇÕES LTDA., VANESSA LIGIA MACHADO, VINICIUS ANDRADE MORAES CASTELO DE LUCA, VISTA 70 RV PREV FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, VISTA FOCUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES MASTER, VISTA LB MASTER I FIM, VISTA LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, VISTA LONG BIASED PREV FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, VISTA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, WILLIAN SALGADO DA SILVA. **Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81:** ALASKA PERMANENT FUND, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGFONDS DSP, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS RESPONSIBLE EME, ARTISAN MULTIPLE INVESTMENT TRUST, ARTISAN PARTNERS GLOBAL FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND, ARTISAN SUSTAINABLE EMERGING MARKETS FUND LP, AURORA BRAZIL, LLC, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC – AVIVA I INTERNATIONAL I T F, BC FAMILIA PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASIL CAPITAL 30 MASTER BR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASIL CAPITAL 30 MASTER FIA, BRASIL CAPITAL 70 XP SEGUROS ADVISORY PREVIDENCIA FUNDO DE I, BRASIL CAPITAL BRASLPREV FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOE, BRASIL CAPITAL MASTER 30 I FIA, BRASIL CAPITAL MASTER B PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASIL CAPITAL MASTER FIA, BRASIL CAPITAL PREV I MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRASIL CAPITAL PREVIDENCIÁRIO MASTER FIA, BRASIL CAPITAL SUSTENTABILIDADE MASTER FIA, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS FLEXIBLE ZAR FUND, DELTA DEPOSITORY ASSET MANAGEMENT B.V., EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROW, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FIA RVA EMB IV, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FP FOF NC FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, FP FOF NOVUS INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO, FP FOF VOLT INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, FP

STUDIO TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, FPRV SQA SANHAÇO FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES PREVIDENCIÁRIO, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICVAF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE BRAZIL, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST – FRANKLIN FTSE LATIN, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GROUPEUR EQUITY LLC, HARRIS FAMILY FOUNDATION, HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG, INTERNATIONAL MONETARY FUND, INVESCO PUREBETASAM FTSE EMERGING MARKETS ETF, INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IIF EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND, LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC, LAZARD EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY TRUST, LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MING LTD, LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY, LF WALES PP EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LIONTRUST INVESTMENT FUNDS I – LIONTRUST LATIN AMERICA FUND, MACKENZIE MAXIMUM DIVERSIFICATION EMERGING MARKETS INDEX ETF, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MANASLU LLC, MERCER QIF FUND PLC, MERCER UCXES COMMON CONTRACTUAL FUND, NCIP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, NEO FUTURE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NOVUS INSTITUCIONAL MASTER FIM, NOVUS LONG BIASED PREV MASTER FIA, NOVUS MACRO MASTER FIM, NOVUS PREV INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, NOVUS PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, NOVUS RETORNO ABSOLUTO MASTER FIA, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EXUS INVESTABLE MIF – LENDING, NÚCLEO AGULHAS NEGRAS FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, NÚCLEO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, NÚCLEO PIUVA FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, NÚCLEO PREV 100 FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, RED LIFE REINSURANCE LIMITED, ROYAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, RYO LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, RYO SELECTION INSTITUCIONAL MASTER FIA, RYO SELECTION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, SNAPPER EQUITY LLC, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, SQUADRA HORIZONTE FIA, SQUADRA INST FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, SQUADRA MASTER IVP FIA, SQUADRA MASTER LONG-BIASED FIA, SQUADRA MASTER LONG-ONLY FIA, SQUADRA TEXAS LLC, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F., ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STICHTING PGMG DEPOSITARY, STICHTING SHELL PENSIOENFONDS, STUDIO ICATU 49 PREVIDENCIÁRIO FIM, STUDIO ICATU PREVIDENCIÁRIO FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTI, STUDIO MASTER 70 PREV FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, STUDIO MASTER FIA, STUDIO MASTER II FUNDO DE INVESTIMENTO ACOES, STUDIO MASTER III FIA, STUDIO MASTER IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, STUDIO MASTER V FIM, STUDIO MASTER VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AYES, SV2 EQUITY LLC, SV3 EQUITY LLC, SV4 EQUITY LLC, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. I. E. M. E. I. F. U. K. THE BANK OF NEW YORK MELLON BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE COCA COLA MASTER RETIREMENT TRUST, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE SHELL CONTRIBUTORY PENSION FUND, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC – LATIN AMERICA, TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORK LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, TORK MASTER FIA, TORK MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AYES III, TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES FIFE, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC/VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VELLIV, PENSION & LIVSFORSIKRING A/S, VELIT ALISIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT BRADESCO PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT BV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT IVP MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VELIT PARTNERS FUND LLC, VELIT TARUMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, VKF INVESTMENTS LTD, WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND, WISHBONE DELAWARE BRAZIL I, LLC. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 05 de abril de 2023. (ass.) José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário.

Mapa Final de Votação Consolidado – Anexo I

Pauta 1: Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes.

Opção	Posição
QUÓRUM	570.333.759
A – Aprovar	564.671.902
B – Rejeitar	–
C – Abster-se	5.661.857

Pauta 2: Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Proposta da Administração.

Opção	Posição
QUÓRUM	570.333.759
A – Aprovar	570.322.694
B – Rejeitar	–
C – Abster-se	11.065

Pauta 3 – Definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração.

Opção	Posição
QUÓRUM	570.333.759
A – Aprovar	570.322.694
B – Rejeitar	–
C – Abster-se	11.065

Pauta 10 – Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Opção	Posição
QUÓRUM	570.333.759
A – Aprovar	559.342.496
B – Rejeitar	2.099.605
C – Abster-se	8.891.658

Pauta 10a: Eleição de membro indicado pelos acionistas minoritários para o Conselho Fiscal:

Opção	Posição
QUÓRUM	453.598.176
A – Helena Turlado de Araújo Penna (titular)/ Warley de Oliveira Dias (suplente)	19.396.502
B – Jairo Laser Procianny (titular)/Roberto Frota Decourt (suplente)	11.065
C – Abster-se	434.190.609

Pauta 10b: Eleição de membros indicados pelos acionistas controladores para o Conselho Fiscal: 1 – Conselheiro Titular: Lívia Xavier de Mello; 2 – Conselheiro Titular: Edson Neves de Souza; 3 – Conselheiro Suplente: Richard Blanchet; 4 – Conselheiro Suplente: Daniel Abraham Loria.

Opção	Posição
QUÓRUM	434.190.609
A – Aprovar	327.769.814
B – Rejeitar	–
C – Abster-se	106.420.795

Pauta 14: Fixar a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, no mínimo legal previsto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Opção	Posição
QUÓRUM	453.598.176
A – Aprovar	326.513.004
B – Rejeitar	–
C – Abster-se	127.085.172

Pauta 14: Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da distribuição do voto múltiplo:

Opção	Posição
QUÓRUM	3.491.066.723
01 – José Caetano Paula de Lacerda (Efetivo)/ Luis Carlos Martinez Romero (Suplente)	403.877.393
02 – Marcos Luiz Abreu de Lima (Efetivo)/ Fernanda Didier Nascimento Pedreira (Suplente)	565.767.315
03 – Otavio Yazbek (Membro Independente)	406.402.972
04 – Pedro Franco Sales (Membro Independente)	570.001.967
05 – Roberto Lopes Pontes Simões (Membro Independente)	406.402.972
06 – Piero Paolo Picchioni Minardi (Membro Independente)	406.402.972
07 – Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho (Membro Independente)	406.402.972
08 – Mateus Afonso Bandeira (Membro Independente)	325.808.160



Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") referente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias - COR de 23,28%, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquedutos e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços

relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28/02/2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A SP Concessões possui participação direta na controlada em conjunto CCR S.A., responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, o Grupo CCR busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A CCR S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias,

de mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2022 foi de R\$ 430.183, em comparação aos R\$ 72.155 de 2021. Esse aumento é explicado, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A. Resultado financeiro: No ano 2022, o resultado financeiro líquido positivo foi de R\$ 1.385, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 160 em 2021. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 12/04/2023. **A Administração**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Ativo	Nota	2022	2021	Reservas de lucros				Reservas de Capital			Lucros acumulados	Total	
Circulante		20.674	14.105	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Especial de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com sócios	Ágio em transações de capital	Dividendo adicional proposto		
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.176	12.691	655.000	95.311	403.027	129.468	104.265	(4.274)	4.556	7.766	-	1.395.119
Impostos a recuperar	6	461	221	-	-	-	7.766	-	-	-	(7.766)	-	-
Dividendos a receber		7.699	1.190	-	-	-	(32.817)	-	-	-	-	-	(32.817)
Outras contas a receber		1.338	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante		1.768.300	1.435.471	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo		456	479	-	-	-	-	-	-	-	-	76.447	76.447
Outras contas a receber		456	479	-	-	-	-	11.894	-	-	-	-	11.894
Investimentos		7.176.844	1.434.992	-	-	-	-	-	-	1.591	-	-	1.591
Total do ativo		1.788.974	1.449.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo		102.375	19.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante		102.375	19.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores		74	82	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	549	1.029	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.800)	(3.800)
Impostos e contribuições a recolher		13	11	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.156)	(18.156)
Obrigações sociais e trabalhistas		17	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.669)	(50.669)
Dividendos a pagar	11.e	101.722	18.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante		19	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	19	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		11.168.600	1.430.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	11.a	655.000	655.000	655.000	99.133	403.027	104.417	116.159	(4.274)	6.147	50.669	-	1.430.278
Reservas de lucros	11.b	619.087	606.577	-	-	-	50.669	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	11.c	92.396	116.159	-	-	-	(59.574)	-	-	-	-	-	-
Reservas de capital	11.d	14.929	1.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	11.e	305.168	50.669	-	-	-	-	(23.763)	-	-	13.056	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.788.974	1.449.576	655.000	120.548	403.027	95.512	92.396	(4.274)	19.203	305.168	-	1.686.580

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Receitas de serviços	12	-	19.597
Custos de serviços prestados		-	-
Serviços		(7.375)	-
Custo com pessoal		(719)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(2.061)	-
Outros		(7)	-
Lucro Bruto		(10.162)	9.435
Receitas (despesas) operacionais		-	-
Serviços	(1.693)	(1.912)	-
Amortização	-	(179)	-
Outras Despesas	(1.653)	(2.096)	-
Outras Receitas operacionais	83	56	-
	(3.263)	(4.131)	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.430.183	72.155	-
Resultado antes do resultado financeiro	426.920	77.459	-
Receitas financeiras		-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.417	649	-
Juros e outras receitas financeiras	36	32	-
	1.453	681	-
Despesas financeiras		-	-
Juros sobre direitos creditórios	-	(703)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(68)	(138)	-
	(68)	(841)	-
Resultado Financeiro	1.385	(160)	-
Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL	428.305	77.299	-
IRPJ e CSLL	-	(852)	-
Lucro líquido do exercício	428.305	76.447	-

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	428.305	76.447
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Ajuste patrimonial - plano de pensão	56	(33)
	56	(33)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado provenientes da controlada em conjunto	-	-
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras	(23.909)	11.927
Ativação de hedge de fluxo de caixa	136	-
IRPJ e CSLL	(46)	-
	(23.819)	11.927
Total outros resultados abrangentes	(23.763)	11.894
Total do resultado abrangente do exercício	404.542	88.341

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	428.305	77.299
Lucro antes do IRPJ e CSLL	428.305	77.299
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL:		
Amortização	-	180
Juros sobre direitos creditórios	-	703
Provisão (Reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	(115)
Equivalência patrimonial	(430.183)	(72.155)
	(1.869)	5.912
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	10.015
Impostos a recuperar	(240)	772
Outras contas a receber	(1.312)	(95)
Fornecedores	(8)	(3.414)
Impostos e contribuições sociais a recolher	2	(3.399)
Obrigações trabalhistas	8	(5)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(480)	(7.742)
Recebimento de dividendos	80.114	34.967
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	76.215	37.011
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Pagamento de direitos creditórios - principal	-	(2.645)
Pagamento de direitos creditórios - juros	-	(703)
Dividendos pagos	(77.730)	(43.712)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(77.730)	(47.060)
Redução do caixa e equivalente de caixa	(1.515)	(10.049)
Demonstração da Redução do caixa e equivalente de caixa	-	-
No início do exercício	12.691	22.740
No final do exercício	11.176	12.691
	(1.515)	(10.049)

Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 9 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários** 13 - Instrumentos financeiros 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando esta exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. • Controladas em conjunto Para ser classificadas como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. c) **Instrumentos financeiros:** • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são mensuradas ao custo amortizado, e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensu-

rados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo; e (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR. Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os

custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social - ações ordinárias Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. d) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na CCR S.A. e em consórcio (COPER) que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio no consórcio COPER foi totalmente amortizado no exercício de 2021. e) **Redução ao valor recuperável de ativos:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Administração julgou que não há necessidade de provisão para perdas com ativos financeiros não derivativos. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impairred*, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investidas, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. f) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. g) **Apuração do resultado:** Os resultados das *continuação*

continuação

continuação

operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. h) **Recitas de serviços:** As recitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. i) **Recitas e despesas financeiras:** Recitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. j) **IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para IRPJ e de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido não está sendo reconhecido no resultado, pois a Companhia encontra-se sem expectativa de rentabilidade futura. k) **Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 01/01/2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31/12/2022: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30/06/2021. A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30/06/2022. • Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25). As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 01/01/2022. • Revisão anual das normas contábeis adotadas no Brasil (aplicáveis para a Companhia). l) **CPC 37 – Adoção pela Primeira Vez das Normas CPC por subsidiárias:** Esta alteração simplifica a aplicação da CPC 37 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas CPC depois de sua controladora – ou seja, se uma subsidiária adota as Normas CPC posteriormente e aplica a CPC 37. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas CPC. m) **CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de '10 por cento' ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluirá apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte. n) **CPC 06 – Arrendamentos:** A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento no CPC 06. • Referências à estrutura conceitual – alterações ao CPC 15: As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC 15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. i) **Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23; • CPC 50 – Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26. 4. **Gerenciamento de riscos financeiros:** **Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) **Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa no 5. c) **Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

	2022	2021
Caixa e bancos	13	7
Aplicações financeiras	11.163	12.684
Outros ativos	11.176	12.691
Total	23.352	25.372
Passivos		
Forneceadores e contas a pagar – COPER	549	1.029
Resultado		
Receita bruta de serviços – COPER	-	- 19.597
Custos dos serviços prestados – COPER	-	- (10.162)
No exercício findo em 31/12/2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretoria no montante de R\$ 416 (R\$ 282 em 31/12/2021). Não existem empréstimos para pessoas chave da administração.		
9. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: Em 31/12/2022 a Companhia possui um processo tributário de R\$ 19 (R\$ 10 em 31/12/2021) que a Administração entende como provável a probabilidade de perda. Adicionalmente, em 31/12/2022 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R\$ 1.126.614 (R\$ 1.063.099 em 31/12/2021), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional		

conhecimento de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 6. **Impostos a recuperar:** Refere-se a IRPJ e CSLL a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

	2022	2021
CSLL a recuperar	80	99
IRPJ a recuperar	378	110
IRRF a recuperar	3	12
Total	461	221

7. **Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo à descoberto):**

	2022	2021
Patrimônio líquido da investida	11.464.563	8.264.762
Participação	10,43%	10,43%
Investimento	1.195.624	861.921
Ágio (*)	573.233	573.233
Investimento - CCR S.A.	1.768.857	1.435.154
Patrimônio líquido da investida	(4.350)	(693)
Participação	23,28%	23,28%
Provisão para patrimônio líquido negativo - COR	(1.013)	(162)
Total Investimentos	1.767.844	1.434.992

(*) Ágio - CCR S.A. Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações).

Movimentação dos saldos

	CCR S.A.	COR	Total
Saldos em 31/12/2020	1.380.549	230	1.380.779
Resultado de equivalência patrimonial	72.547	(392)	72.155
Dividendos distribuídos	(31.427)	-	(31.427)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	11.894	-	11.894
Outros	1.591	-	1.591
Saldos em 31/12/2021	1.435.154	(162)	1.434.992
Resultado de equivalência patrimonial	431.034	(851)	430.183
Dividendos distribuídos	(86.624)	-	(86.624)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	(23.763)	-	(23.763)
Outros	13.056	-	13.056
Saldos em 31/12/2022	1.768.857	(1.013)	1.767.844

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotagem das ações a mercado (Cotação B3) em 31/12/2022, apresenta um valor de R\$ 2.279.375 (R\$ 2.441.851 em 31/12/2021).

Informações resumidas dos investimentos:

	2022		2021	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Porcentagem de participação	10,43%	23,28%	10,43%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	5.229.073	598	4.593.600	706
Outros ativos	7.392.096	4.656	3.315.856	1.542
Ativo circulante	12.621.169	5.254	7.909.456	2.248
Ativo não circulante	37.926.131	422	33.446.988	298
Ativo	50.547.300	5.676	41.356.444	2.546
Passivos financeiros circulantes (**)	7.312.189	-	3.484.916	-
Outros passivos	3.454.350	6.237	2.367.573	959
Passivo circulante	10.766.539	6.237	5.852.489	959
Passivos financeiros não circulantes (**)	21.719.065	-	23.266.233	-
Outros passivos	6.238.946	756	3.671.922	2.280
Passivo não circulante	27.958.011	756	26.938.155	2.280
Passivo	38.724.550	6.993	32.790.644	3.239
Patrimônio líquido	11.822.750	(1.317)	8.565.800	(693)
Receita líquida	19.181.691	-	12.244.247	1.718
Depreciação e amortização	(1.732.920)	-	(3.152.785)	-
Receitas financeiras	2.221.790	127	1.643.073	99
Despesas financeiras	(5.328.963)	(3)	(3.405.833)	(90)
Outros	(7.336.594)	(748)	(5.448.461)	(3.409)
Resultado das operações antes dos impostos	7.005.004	(624)	1.880.241	(1.682)
IRPJ e CSLL	(2.792.824)	-	(1.074.645)	-
Lucro das operações	4.212.180	(624)	805.596	(1.682)
Outros resultados abrangentes	(180.253)	-	118.202	-
Resultado abrangente total	4.031.927	(624)	923.798	(1.682)
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	591.582	-	289.910	-
Compromissos assumidos:				
Compromissos relativos às concessões	34.897.785	-	14.917.469	-
Outorga variável e obras a executar	28.430	-	26.396	-
Outorga fixa - BH Airport	3.596.450	-	2.507.130	-
(**) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício - CCR S.A.				

a sua participação no montante de R\$ 117.506 (R\$ 110.881 em 31/12/2021). 10. **IRPJ e CSLL:** a) **Conciliação do IRPJ e da CSLL - correntes:** A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	428.305	77.299
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(145.624)	(26.282)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	146.262	24.533
Juros sobre capital próprio	-	1.292
Provisões	(638)	-
Outros ajustes, líquidos (*)	-	1.309
Despesa com impostos correntes	-	(852)

(*) Refere-se, substancialmente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. b) **Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL:** Em 31/12/2022, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL de R\$ 127.606 (R\$ 123.410 em 31/12/2021), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros.

11. **Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 655.000, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) **Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 08/05/2019, a administração aprovou a constituição da reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A Administração da Companhia avaliará a distribuição de dividendos de acordo com a disponibilidade de caixa. Reserva especial de dividendos: Conforme artigo 202 da lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2022 foi pago o montante de R\$ 59.574 (R\$ 32.817 em 2021), a título de utilização da reserva especial de dividendos. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. d) **Reservas de capital:** Ágio em transações de capital: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Transações com sócios: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com sócios decorrente de cessão de opção de compra de terreno. e) **Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	428.305	76.447
Constituição da reserva legal - 5%	(21.415)	(3.822)
Lucro líquido ajustado	406.890	72.625
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(101.722)	(18.157)
Juros sobre capital próprio	-	(3.800)
Dividendo adicional proposto	305.168	50.669
Dividendo adicional proposto: A parcela do lucro líquido do exercício remanescente à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 305.168, foi destacada como dividendo adicional proposto, cuja aprovação será ratificada pelas acionistas na Assembleia Geral subsequente. Durante o exercício de 2022 foi aprovada a transferência do saldo de dividendo adicional proposto de 31/12/2021, no montante de R\$ 50.669, para a reserva especial de dividendos.		

12. **Receita de serviços:**

	2022	2021
Receita bruta de serviços (a)	-	22.025
Impostos	-	(2.428)
Receita líquida	-	19.597

(a) Refere-se a serviços prestados por meio do consórcio COPER, para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. Este contrato foi encerrado em 28/02/2021. 13. **Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Passivo		
Caixa e bancos	13	-
Aplicações Financeiras	11.163	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	489
Outras contas a receber	-	-
Passivos		
Dividendos a pagar	(101.722)	-
Forneceadores e contas a pagar - partes relacionadas	(549)	-
Cessão de direitos creditórios	-	-
Total	11.176 (102.345)	12.691 489 (19.275)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: • Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, forneceadores, forneceadores e outras contas a pagar - partes relacionadas e cessão de diretores creditórios - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31/12/2022. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo,

	2022	2021
Caixa e Bancos	13	13
Aplicações financeiras	11.163	11.163
Dividendos a pagar	(101.722)	(101.722)
Forneceadores e contas a pagar - partes relacionadas	(549)	(549)
Total	(91.169)	(91.169)

Classificação de ativos/passivos

	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	Nível 2
Caixa e Bancos	7	7	-	7	7
Aplicações financeiras	12.684	12.684	-	12.684	12.684
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	489	489	489	-	489
Dividendos a pagar	(18.157)	(18.157)	(18.157)	-	(18.157)
Forneceadores e contas a pagar - partes relacionadas	(1.029)	(1.029)	(1.029)	-	(1.029)
Total	6.096	6.096	(18.787)	12.691	6.096

Valor justo: O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31/12/2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Efeito em R\$ no resultado				
	Vencimento até	Exposições em R\$ (3)	Cenário provável 25%	Cenário A 50%	Cenário B 50%
Operação	Risco				
Aplicações financeiras	CDI (2)	11.163	1.524	1.143	762
Total do efeito de ganho ou perda			1.524	1.143	762

As taxas de juros consideradas foram (1):

	2022	2021
CDI (2)	13,65%	10,24%

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). 14. **Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar	Total
Saldo inicial em 31/12/2021	(18.157)	(18.157)
Dividendos pagos	77.731	77.731
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	59.574	59.574
Outras variações:		
Dividendos distribuídos	(161.296)	(161.296)
Saldo final em 31/12/2022	(101.722)	(101.722)

DIRETORIA
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
 Diretora-Presidente
Edmar Briguelli
 Contador CRC 1 SP 161770/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Soares Penido Concessões S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Res-** *continuação*

continuação

responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12/04/2023. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** **Wagner Bottino Contador** CRC 2SP014428/O-6 CRC 1SP196907/O-7

Apetece Sistemas de Alimentação S/A

CNPJ/MF nº 60.166.832/0001-04

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas: 2022 começou marcado pela inflação e taxa de juros em alta, encerrando o ano com IPCA-FIPE acumulado de 14,75%, impactando diretamente nos custos operacionais da empresa. Este cenário de alta de preços de alimentos é ainda anterior a 2022 e por isso a Apetece vem executando um plano de ação para minimizar os impactos do cenário inflacionário na sua operação. Com todos os desafios impostos ao longo de 2022, a gestão da carteira

de contratos teve impacto relevante no desempenho da empresa por meio da manutenção e renovação de contratos e busca pela recomposição de preços, percebendo reajustes contratuais acumulados da ordem de 22,92% nos últimos 24 meses. O faturamento cresceu 50,2% em relação ao ano anterior e 32,70% acima de 2019, demonstrando a recuperação do faturamento pós-Pandemia. Dentre os segmentos de atuação da Apetece, o de saúde impactou

fortemente para este crescimento. Iniciamos 2023 em ritmo acelerado, com o compromisso de atuar segundo nossos três pilares: encanto (convivência e comunicação), sustentabilidade (saúde e ecologia) e excelência (qualidade e equipe), acreditando na expansão do segmento de alimentação coletiva.

São Caetano do Sul, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em R\$)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante	85.524.796	74.173.382	Circulante	26.830.000	17.533.187
Disponível	5.331.668	1.413.112	Fornecedores	18.980.146	10.433.436
Caixa e Bancos	5.331.668	1.413.112	Obrigações com Pessoal	7.187.578	6.584.152
Créditos	80.193.129	72.760.271	Obrigações Tributárias	619.946	473.268
Clientes	33.803.936	40.806.967	Contas a Pagar	42.331	42.331
Outros Créditos	16.671.751	11.366.691	Não Circulante	36.937.702	38.236.435
Outros Créditos a Recuperar	6.257.207	2.112.139	Exigível a Longo Prazo	36.937.702	38.236.435
Estoques	23.460.234	18.474.473	Empréstimos e Financiamentos	4.401.616	6.265.533
Não Circulante	5.786.590	7.595.965	Controladas e Coligadas	-	16.051
Realizável a Longo Prazo	581.809	1.795.929	REFIS	28.368.496	22.911.443
Outros Créditos	581.809	1.795.929	Contas a Pagar	4.167.590	9.043.408
Investimentos	14.525	14.515	Patrimônio Líquido	27.543.684	25.999.726
Participação Societária	14.525	14.515	Capital Social	22.070.000	22.070.000
Imobilizado	5.165.874	5.749.569	Adiantamento Para Aumento de Capital	29.319.761	26.449.455
Imobilizado Líquido	5.165.874	5.749.569	Reservas	573	573
Intangível	24.382	35.952	Prejuízos Acumulados	(23.846.650)	(22.520.302)
Intangível	24.382	35.952	Total do Passivo	91.311.386	81.769.348
Total do Ativo	91.311.386	81.769.348			

Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)

	2022	2021
Receita Bruta	299.989.461	201.499.113
Receita de Vendas	299.989.461	201.499.113
Deduções da Receita Bruta	(13.363.977)	(19.978.902)
Impostos	(13.363.977)	(19.978.902)
Receita Líquida	286.625.484	181.520.211
Custos das Vendas	(258.614.791)	(162.548.011)
Custos Sobre as Vendas	(258.614.791)	(162.548.011)
Resultado Bruto	28.010.692	18.972.201
Despesas e Receitas	(29.535.960)	(25.180.210)
Despesas Administrativas	(27.713.471)	(23.475.345)
Despesas Financeiras	(6.470.442)	(1.722.885)
Receitas Financeiras	4.647.953	18.020
Outras Receitas e Despesas Operacionais	198.920	(322.722)
Outras Receitas e Despesas	198.920	(322.722)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.326.348)	(6.530.731)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(1.326.348)	(6.530.731)

Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa nas atividades operacionais	(1.326.348)	(6.530.731)
Resultado do Exercício	(1.326.348)	(6.530.731)
Clientes	7.003.031	8.463.605
Outros Créditos	(5.305.060)	4.376.697
Impostos a Recuperar	(4.145.068)	(492.883)
Estoques	(4.985.761)	(6.339.889)
Fornecedores	8.546.710	1.279.441
Obrigações com Pessoal	603.425	(239.984)
Obrigações Tributárias	146.677	(2.026.869)
Contas a Pagar	-	-
(-) Caixa Líquido Operacional	537.608	(1.510.613)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	1.214.120	(1.625.333)
Outros Créditos	1.214.120	(1.625.333)
Aquisição para o Imobilizado	583.695	589.839
Aquisição para o Intangível	11.570	9.918
Aquisição para Investimentos	(10)	-
(-) Caixa Líquido de Investimento	1.809.375	(1.025.576)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	5.457.053	(397.500)
REFIS	5.457.053	(397.500)
Contas a Pagar	(4.875.818)	(852.018)
Empréstimos e Financiamentos	(1.863.917)	(2.826.352)
Controladas e Coligadas	(16.051)	(5.530.743)
Adiantamento Para Aumento de Capital	2.870.306	10.287.102
(-) Caixa Líquido de Financiamento	1.571.573	680.489
Aumento/Redução Líquida de Caixa	3.918.556	(1.855.700)
Caixa Equivalentes ao Início do Período	1.413.112	3.268.811
Disponibilidades	1.413.112	3.268.811
Caixa Equivalentes ao Final do Período	5.331.668	1.413.112

este preceito legal, teremos os seguintes impactos no endividamento: Exigível De (R\$) Para (R\$) Redução (%)

	De (R\$)	Para (R\$)	Redução (%)
Curto Prazo	26.830	26.830	-
Longo Prazo	36.938	8.570	(-23,20)
Total	63.768	35.400	(-23,20)

É substancialmente positivo o impacto desta redução no endividamento da Apetece caindo a praticamente 5/10 do valor atual. **9. Capital Social** – O Capital é de R\$ 22.070.000,00 representadas por 22.070.000 ações totalmente integralizadas. Para o Exercício de 2023 o Capital passará a ser de R\$ 51.389.000,00 com a integralização do AFAC. São Caetano do Sul, SP 31 de dezembro de 2022

Edna da Silva – Diretora
José Affonso – Contador CRC 1SP 045.694/O-0

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Srs. Acionistas e Diretores da Apetece Sistemas de Alimentação S/A: 1) – Examinei os Balancos Patrimoniais da empresa, levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do patrimônio líquido, das demonstrações do Fluxo de Caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) – Meus exames foram conduzidos de acordo

com as normas de auditoria e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade; b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas 3) – Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apetece Sistemas de Alimentação S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022.

Nelly Branco Sapede
Contador – Auditor – CRC 1SP 021.253/O-0

Petróleo fecha em leve alta, apoiado por dólar fraco no exterior e crescimento da China

Os contratos mais líquidos do petróleo fecharam em leve alta na terça-feira, recebendo suporte do dólar fraco no exterior e da expansão acima do esperado do Produto Interno Bruto (PIB) da China. Sinais de fraqueza na indústria chinesa, entretanto, deram margem para certa volatilidade durante o pregão.

O petróleo WTI para junho fechou em alta de 0,09% (US\$ 0,07), a US\$ 80,90 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho avançou 0,01% (US\$ 0,01), a US\$ 84,77 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O petróleo ganhou fôlego após a China anunciar crescimento de 4,5% no primeiro trimestre de 2023 ante o mesmo período do ano passado, segundo informações do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês) do país.

O resultado veio acima de projeções de analistas consultados pelo Wall Street Journal (WSJ), de avanço de 4,0%, e levou analistas a reverem para cima suas projeções de expansão da economia chinesa neste ano.

Para a Capital Economics e a TD Securities, o PIB chinês tem potencial para crescer 6% neste ano, acima da meta de cerca de 5% traçada pelo governo do país. Segundo o Navellier, a recuperação da China “é um bom presságio para o crescimento econômico mundial e a demanda por energia”.

IstoéDinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Shopee, Shein e AliExpress estão entre os 10 e-commerces mais usados no Brasil



Em meio à discussão sobre a taxação de produtos importados via comércio eletrônico, as plataformas asiáticas Shopee, AliExpress e Shein continuam entre as mais acessadas pelos brasileiros. Os dados são da edição de março do Relatório dos Setores do E-commerce, divulgado pela agência de SEO Conversion.

Três dos cinco e-commerces mais acessados no Brasil em março são asiáticos. Mercado Livre, Shopee, Shein, Ifood e AliExpress aparecem nas primeiras posições do ranking. Os números mostram que as plataformas asiáticas estão abocanhando grande parte da participação no mercado online brasileiro.

A Shein, por exemplo, deve alcançar R\$ 16 bilhões em vendas neste ano só no Brasil, o que — se confirma-

do — a tornará maior do que a Renner, líder no segmento de fast fashion com modelo de roupa por departamento. O volume estimado para 2023 é o dobro dos R\$ 8 bilhões do faturamento de 2022 e oito vezes o que se acredita ter sido a receita de 2021. Vale destacar que a companhia não divulga números nem no Brasil nem na China. Os números de 2022 e 2021 são cálculos do BTG Pactual.

Empresários que atuam com o varejo nacional pressionam o governo para uma taxação mais severa em tais plataformas. A Receita Federal já anunciou que vai intensificar a fiscalização do pagamento de impostos de produtos importados via comércio eletrônico. Segundo o órgão, não haverá aumento de taxa, pois hoje já existe a tributação de 60% sobre o valor

da encomenda, “mas que não tem sido efetiva”.

Atualmente, existe isenção de impostos sobre remessas internacionais até US\$ 50, somente para transações feitas de pessoas físicas para pessoas físicas. Entretanto, o órgão está propondo mudanças no processamento de encomendas para evitar fraudes por grandes empresas estrangeiras.

O boom das plataformas asiáticas ocorreu principalmente entre 2020 e 2022, período que acelerou a migração dos consumidores para o mercado online. Na ocasião, estratégias agressivas de vendas foram adotadas por tais players. Para Diego Ivo, CEO da Conversion, o crescimento meteórico dos e-commerces asiáticos está, em grande parte, relacionado ao ticket baixo.

Exame

Nossa Eletro, antiga Ricardo Eletro, planeja retorno da rede com lojas físicas

A antiga rede varejista Ricardo Eletro, que agora atende pelo nome de “Nossa Eletro”, pretende retomar as operações no varejo físico após conseguir reverter dois pedidos de falência na Justiça. O objetivo é abrir três estabelecimentos por mês até o final do ano e fechar 2023 com 25 unidades, completando 50 em 2024.

Apesar dos planos ambiciosos, a empresa ainda enfrenta dificuldades financeiras. No seu auge, o grupo contava com mais de 1,2 mil lojas, empregava quase 30 mil funcionários e faturava cerca de R\$10 bilhões ao ano, disputando com as grandes companhias do setor do varejo, como Americanas, Magazine Luiza e Casas Bahia.

Porém, a partir de 2014, a empresa entrou em um período de dificuldades e com a pandemia de Covid-19 precisou fechar todas as unidades para equilibrar as contas em 2020. Foi nessa época que Pedro Bianchi, então sócio do fundo de pri-

vate equity Starboard, assumiu o comando da empresa.

A Máquina de Vendas, dona da Ricardo Eletro que negocia com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a quitação do passivo fiscal de R\$1,2 bilhão, passou então para o controle da Starboard. Junta-se a esse cenário o fato de que o fundador e antigo dono da Ricardo Eletro, o empresário Ricardo Nunes, foi preso ao lado da filha, em 2020, sob a acusação de sonegação de R\$400 milhões em impostos. Bianchi comprou a participação de Nunes na Máquina e o antigo dono partiu para a vida de coach e palestrante.

No controle da Máquina de Vendas, Bianchi realizou uma reestruturação total na companhia, que de 28 mil funcionários no seu auge passou a ter 40 pessoas nas suas operações. A sua gestão mudou o sistema do e-commerce para uma nova tecnologia com a ideia de que as vendas online poderiam representar o início da retomada da empresa.

IstoéDinheiro



Amazon Prime lança função de alterar volume só da voz de personagens



A Amazon anunciou na terça-feira (18) ter adicionado à plataforma de streaming Prime Video a opção de alterar o volume apenas das vozes dos personagens, sem influenciar trilha sonora ou efeitos sonoros. A tecnologia, chamada pela empresa de Dialogue Boost, está disponível apenas para falas em inglês.

O recurso inédito visa tornar a experiência audiovisual mais acessível a pessoas com deficiência auditiva, segundo publicação no blog da gigante da tecnologia. Serve também para qualquer usuário encontrar um volume mais confortável.

A opção está disponível no aplicativo do Prime Video, para clientes de todo o mundo, em obras originais da Amazon, como as séries “Tom Clancy’s Jack Ryan”, “Maravilhosa Sra. Maisel” e “Harlem”, e os filmes “Doentes de Amor”, “Querido Menino” e “Apresentando os Ricardos”.

A gigante da tecnologia vai adicionar o recurso a outros conteúdos ao longo deste ano. A reportagem não conseguiu usar o Dialogue Boost no navegador.

Antes, o Dialogue Boost estava disponível apenas em home theaters de alta qualidade, algumas smart TVs e sistemas especializados de áudio.

O Dialogue Boost usa

inteligência artificial para detectar pontos em que pode ser difícil compreender o conteúdo das falas, separa e aumenta o volume das faixas de frequência características do diálogo humano.

O vice-presidente de tecnologia da Amazon, Raf Soltanovich, afirma que a empresa investe para aumentar a biblioteca de conteúdos com legendas e audiodescrição e ser pioneira em inovação, para criar um streaming mais acessível.

Pause o filme, para acessar o menu de reprodução. Clique no botão de opções de áudio e legenda, o primeiro ícone do canto superior direito da tela.

Folhapress